

**Os vestígios materiais da guerra – o caso da Batalha de Aljubarrota (S. Jorge, Porto de Mós) e da Batalha de S. Marcos (Trancoso)**

A presente comunicação tem como objectivo primordial a apresentação da metodologia que se tem vindo a desenvolver nos projectos impulsionados e sustentados pela Fundação Batalha de Aljubarrota, no que concerne a dois campos de batalha medievais – o campo de batalha de Aljubarrota e o campo de batalha de S. Marcos –, e os resultados que proporcionaram seja numa perspectiva sincrónica, através do registo da cultura material e da organização do espaço na época concreta destas batalhas – ano de 1385 –, seja numa perspectiva diacrónica, contribuindo para o alargamento da história destes sítios através da percepção das mudanças que ocorreram num período de tempo, mais lato, que engloba épocas anteriores e posteriores à batalha, ao nível da cultura material e da organização do espaço.

Os projectos dizem respeito, em termos globais, à salvaguarda e valorização de uma nova tipologia patrimonial, denominada campo de batalha, e têm como parceiros o Ministério da Cultura, o Exército Português, as Câmaras da Batalha e Porto de Mós, no caso do campo de batalha Aljubarrota, e a Câmara de Trancoso no caso do campo de batalha de S. Marcos.

Como primeira medida de salvaguarda instruiu-se, para cada um dos sítios, um processo de classificação que conduziu, por parte do Ministério da Cultura, à atribuição do grau máximo de Monumento Nacional<sup>2</sup>. A nova tipo-

<sup>1</sup> Direcção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.

<sup>2</sup> O Campo de Batalha de Aljubarrota tinha sido alvo de 4 iniciativas legislativas anteriores: a primeira, em 1910 em que se classificou a capela como Monumento Nacional, a segunda em de 21 de Julho de 1954, com instituição de uma Zona de Protecção da Capela de S. Jorge e de uma Zona Vedada à Construção, substituída e alargada em 1961 após a identificação, por Afonso do Paço, da zona das ocorrências arqueológicas relacionadas com o dispositivo defensivo do exército português, e por último, a Portaria publicada no Diário da República nº 708/77 de 17 de Novembro, do Ministério da Educação e Investigação Científica, que fixava a ZEP (Zona Especial de Protecção). Estas iniciativas contribuiriam, em termos gerais, para o alargamento do perímetro de protecção do imóvel, mas o seu alcance, mau grado o esforço de muitos investigadores (recorde-se a tentativa, infrutífera, de Afonso do Paço de acompanhar as obras da Nacional Nº 1 que poderiam elucidar sobre o sistema de fortificações da Ala Ocidental Portuguesa), revelar-se-ia muito limitado e restringir-se-ia, em termos de eficácia, à zona vedada à construção. Assistiríamos, na zona classificada bem como na zona de protecção (50 metros) e na Z.E.P. (Zona Especial de Protecção), à proliferação de construções desordenadas e de má qualidade arquitectónica capazes de provocar grande impacto negativo na paisagem. A reclassificação do Campo de Batalha de Aljubarrota, tornava-se, pois, urgente, como medida imediata e eficaz de estancamento do processo de destruição a que o campo de batalha estava exposto.

Relativamente ao caso do Campo de Batalha de Trancoso esta seria a primeira iniciativa legislativa por parte do Estado Português, e sobretudo da Câmara Municipal de Trancoso, com o objectivo da salvaguarda do monumento, acção que se viria a revelar extremamente oportuna pois, para além de sustentar o impulso de ocupação urbanís-

logia patrimonial – o campo de batalha – fundamentou-se em critérios clássicos e em critérios que classificaríamos como inovadores e capazes de fazer escola, consubstanciados nas alíneas f) e g) do artigo 17º e no artigo 52 da Lei 107/2001, de 8 de Setembro – Lei do Património Cultural Português – ou nas directivas internacionais como a Convenção para o Património Mundial, Cultural e Natural realizada em Paris, em 1972, a Convenção Europeia da Paisagem, de 2002, a Conferência de Salzburgo (2003), a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) ou, mais recentemente, o documento orientador do ICOMOS “Declaração para a Preservação do Espírito do Lugar”.

Os campos de batalha são entendidos como património de tipologia clássica pois são essencialmente sítios arqueológicos, com vestígios materiais de cariz militar – obras de defesa de carácter efémero porque se empreenderam visando apenas um instante na história – como fossos e covas de lobo, valas comuns, armamento e outros objectos – ou património arquitectónico –, como as pequenas capelas que perpetuaram, no local, a memória do evento – a capela de S. Jorge<sup>3</sup> e a capela de S. Marcos<sup>4</sup>.

Das características inusitadas ressaltamos o facto de se instituírem como paisagem a que se associam, além das suas características físicas propriamente ditas, que actuaram determinantemente na estratégia pensada por D. Nuno Alvares Pereira, as memórias dos acontecimentos que foram importantes na História de Portugal e que foram celebrados ao longo dos tempos pelas colectividades locais ou, até nacionais.

Poderíamos referir, e para terminar, que se instituem como um conjunto de elementos materiais – paisagens, edifícios, construções, objectos – e imateriais – memórias, rituais –, físicos e espirituais, que dão valor, emoção e mistério a estes locais conferindo ao património uma visão mais rica e dinâmica.

O programa de valorização para estes dois campos de batalha baseia-se em 3 valências fundamentais e comuns a ambos – o desenvolvimento de um

---

tica desordenada que se vinha assistindo com o regresso de algumas famílias de emigrantes e de jovens casais na expectativa de aqui construírem moradias do tipo unifamiliar, que a curto prazo alterariam uma paisagem globalmente preservada, impediu a construção de uma variante do IC 26.

O IEP – Instituto de Estradas de Portugal -, depois da abertura do processo de eventual classificação do Campo de batalha de S. Marcos acordou, decisão exemplar não podemos deixar de referir, desviar o traçado da variante para um local de impacte quase nulo.

<sup>3</sup> A Capela de S. Jorge, mandada edificar por D. Nuno Alvares Pereira, em 1393, sofreu algumas alterações ao longo dos séculos que modificaram substancialmente a sua fisionomia original, seja no século XV, com a construção do torreão, iniciativa possivelmente de D. João II, seja posteriormente, no século XVIII e XIX, com a alteração da porta principal e introdução, em finais do século XIX, do tímpano triangular; e por fim, ao longo de todo o século XX com as demolições dos anexos da capela e sacristia entre 1905 e 1925, ou a construção do alpendre, em 1928, segundo projecto de Ernesto Korrodi e seu apeamento em 1940.

<sup>4</sup> O templo actual datará de uma reconstrução de 1784, como sugerem as datações gravadas no lintel da porta principal e no cunhal sudeste. Uma nova campanha de obras, em Maio de 1857, será a responsável pelo seu aspecto actual.

tipo de investigação de cariz multidisciplinar nas áreas da arqueologia e das arqueociências (que aqui iremos desenvolver); o tratamento da paisagem envolvente com projecto de arquitectura paisagista fundamentado teoricamente nas descrições históricas acerca destes locais, coevas e outras, na sua evolução ao longo dos séculos e nos resultados proporcionados pelas arqueociências; e, por fim, a musealização do sítio com a construção de um Centro de interpretação para cada uma das batalhas;

## 1. O projecto do Campo de Batalha de Aljubarrota

O projecto do Campo de Batalha de Aljubarrota localiza-se em S. Jorge, freguesia da Calvaria, concelho de Porto de Mós no distrito de Leiria.

As primeiras escavações arqueológicas neste campo de batalha efectuaram-se entre 1958 e 1959 sob a responsabilidade do Tenente Coronel Afonso do Paço, e revelariam um surpreendente conjunto de defesas acessórias que o exército português teria construído no campo, em 1385, com o objectivo simultâneo de reduzir a frente de batalha do exército castelhano, muito mais poderoso em número de efectivos e em armamento, e de lhe retardar a marcha, ou, se preferirmos, o ímpeto, conjunto esse constituído por cerca de 830 covas de lobo e dezenas de fossos.

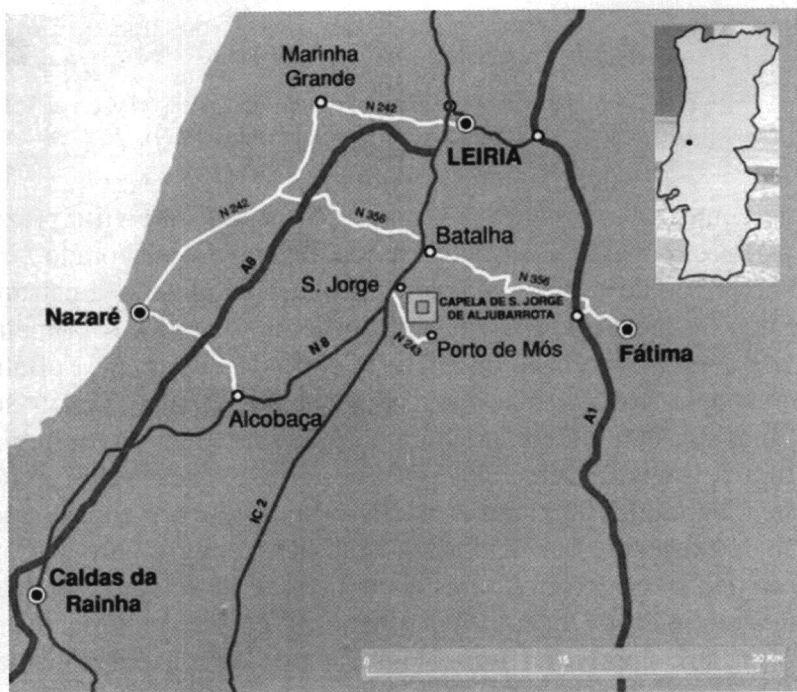


Fig. 1 – Localização do Campo de Batalha de Aljubarrota.

O programa de investigação que se definiu para este local teria ainda de ter em linha de conta os prazos estabelecidos pela candidatura comunitária para a fase de execução do projecto de arquitectura, da autoria do arquitecto Nuno Bruno Soares, para a ampliação do antigo Museu Militar erguido em pleno campo arqueológico na década de 80, e respectivo programa museológico, bem como para a fase de execução do projecto de arquitectura paisagista, da autoria da arquitecta Luísa Borralho, para toda a área do campo.

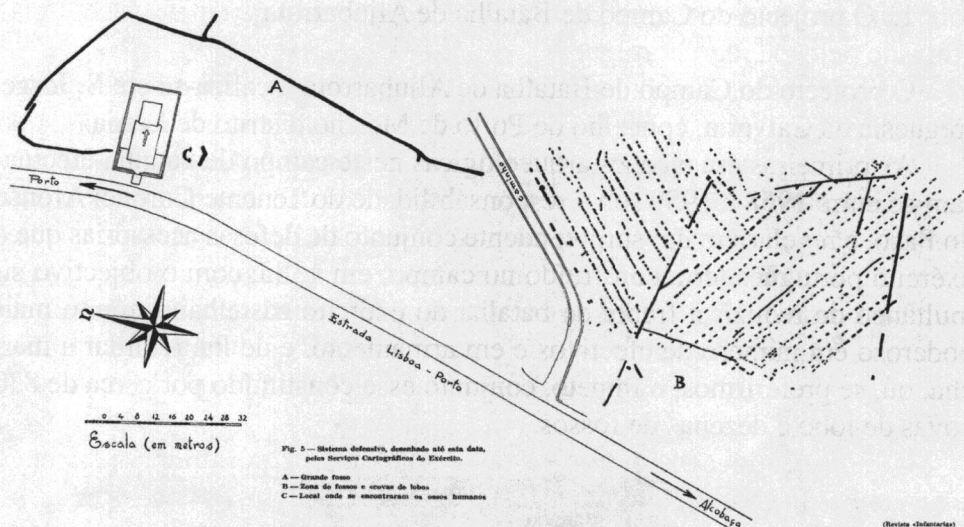


Fig. 2 – Mapa com a localização das defesas acessórias do campo de Batalha de Aljubarrota (Paço 1959).

Neste contexto – classificação, obras de construção civil e prazos para cumprir - o programa de escavações arqueológicas foi elaborado com base num estudo prévio de arqueologia para a avaliação do interesse patrimonial e arqueológico do local que iria ser objecto de intervenção. A primeira fase, relacionada com a construção do CIBA (Centro de Interpretação Batalha de Aljubarrota) desenvolveu-se ao longo dos anos de 2003 e 2004, a segunda fase nos anos de 2007 e 2008, no âmbito da fase de execução do projecto de arquitectura paisagística, efectuando-se, neste caso, escavações arqueológicas em área, nas zonas de maior impacto no subsolo e nas zonas onde havia presunção de existência de achados arqueológicos, como o adro da Capela de S. Jorge e todo o terreno que se estende a Sul deste templo; sondagens de diagnóstico em todos os locais em que se nos afigurasse importante a avaliação e prevenção do potencial arqueológico; e por fim o acompanhamento arqueológico em todos os trabalhos relacionados com caminhos, infra-estruturas, plantios, trasladação de árvores, com pouco impacto sobre o subsolo ou

onde já tivessem sido efectuadas sondagens arqueológicas sem resultados de relevância patrimonial.

Dentro deste programa preocupámo-nos ainda com o registo, a reavaliação e realocização das marcas arqueológicas deixadas pelos intervenientes da Batalha de Aljubarrota em zonas já escavadas por Afonso do Paço, em 1958-1959, a fim de as desenhar, georreferenciar e, simultaneamente, identificar evidências outras, que uma metodologia utilizada nos anos 50 poderia ter silenciado e que, em última instância, poderiam vir a contribuir para o conhecimento mais alargado deste complexo conjunto de defesas acessórias utilizado pelo exército português.

Como resultados mais interessantes deste estudo ressaltamos a localização de um fosso<sup>5</sup> (fig. 3, 4 e 11) que poderia estar a defender a retaguarda do exército português ou talvez o curral, que acabou por ser incorporado no percurso museológico do CIBA, bem como a reescavação do grande fosso e do seu tramo (fig. 6 e 11), identificados por Afonso do Paço, estruturas que defenderiam a ala Este do exército, com novos elementos associados – covas de lobo ou buracos de poste que complementaríamos esta estrutura e que, pelo menos num caso, se encontra visivelmente amputada pela abertura da fossa datável do século XVII-XVIII -, relacionáveis com o momento da Batalha de Aljubarrota (fig. 7, 10 e 11).

Foram identificados outros vestígios anteriores e posteriores à batalha, testemunhos inéditos doutras vivências deste local, nos quais englobamos um conjunto considerável de peças líticas atribuíveis a mais de uma cultura do paleolítico superior, uma necrópole do século XVII e outros vestígios materiais associados à Capela de S. Jorge e aos ermitãos que a habitaram desde inícios do século XV (fig. 6 a 10 e 11<sup>a</sup> a 13), que contribuiriam para o conhecimento da história do local ou, em última instância, acresceriam o valor patrimonial do sítio.

<sup>5</sup> Trata-se de um fosso com a orientação Este-Oeste, aberto em dois níveis do saibro natural, e com a largura total, na zona mais ocidental, de 100 cm, distribuídos da seguinte maneira: a zona de cota superior - 153,88 m – tem 60 cm de largura e apresenta um conjunto de pequenos sulcos oblíquos à linha do fosso, com espaçamentos idênticos e com a mesma orientação, que podem ser interpretados como pequenos buracos de poste que fariam o travamento à estrutura, em madeira, levantada sobre o fosso. O fosso propriamente dito tem 40 cm de largura, apresenta forma quase quadrangular com as paredes laterais rectas, paralelas mas não simétricas, o fundo abaulado sofrendo ligeira inclinação para Norte. A altura máxima do fosso ronda os 55 cm e a mínima 50 cm. Na zona mais a Este, esta estrutura apresenta maiores dimensões, com cerca de 140 cm de largura. O primeiro nível, neste ponto já muito esbatido, apresenta 55 cm de largura e o fosso propriamente dito, com paredes rectas assimétricas e fundo abaulado, a largura de 80 cm e a profundidade máxima de 65 cm. Esta estrutura encontrava-se totalmente preenchida por uma camada de terra de cor castanha escura e bastantes seixos rolados. O espólio recolhido no interior do fosso – cota 153,49 m no lado mais a Oeste e 153,13 metros na zona Este, ou seja com pendente Oeste /Este –, compunha-se de bastantes núcleos e lascas de sílex com vestígios de retoque, carvões, telha, cerâmica comum e metais.



Fig. 3 e 4 – Escavação do fosso que viria a ser integrado no percurso museológico do CIBA.

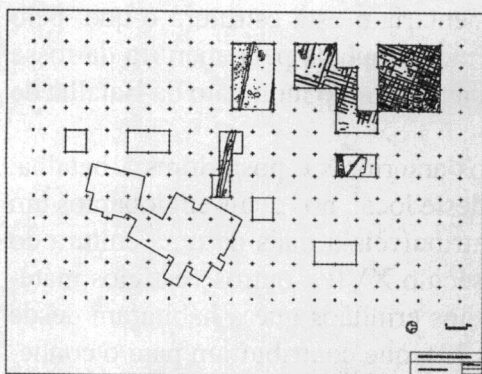


Fig. 5 – Fosso, na zona mais a Norte, em associação com outra estrutura, reticulada, de difícil interpretação. O contorno, a Oeste, corresponde ao antigo edifício do Museu Militar.



Fig. 6 – Reescavação do grande fosso, identificado em 1958 por Afonso do Paço, com outras estruturas.

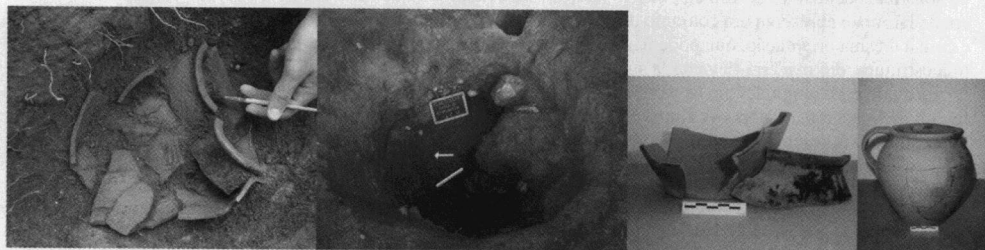


Fig.7 a 10 – Fossa do século XVII-XVIII com cerâmica comum.

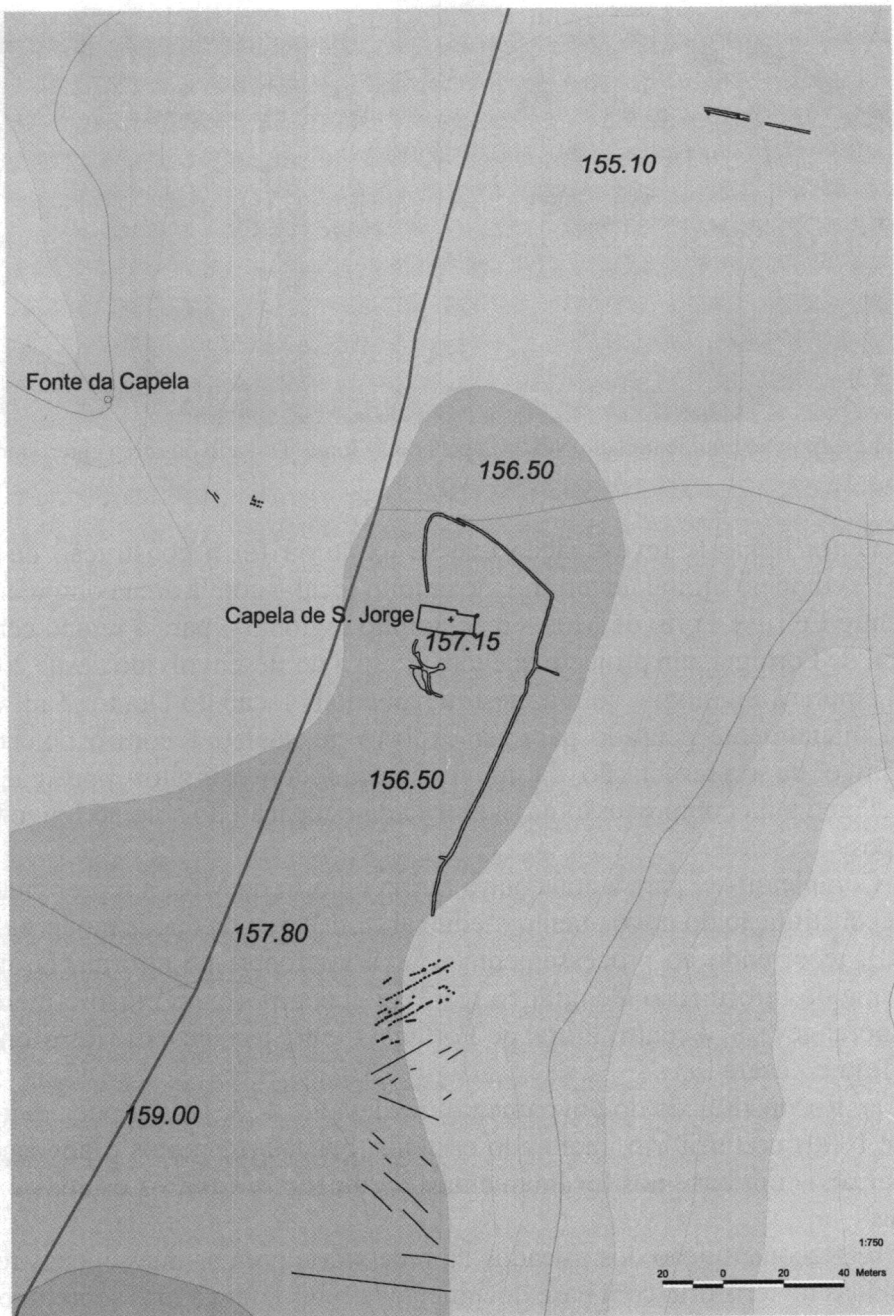


Fig.11 – Modelo digital do terreno (António Coelho da Rocha: 2008) com a localização das estruturas associadas à Batalha de Aljubarrota: A – grande fosso com tramo escavado em 1958-1959 e reescavado em 2007-2008; B – zona do sistema de covas de loba intercaladas com fossos, escavado em 1958-1959; C – covas de lobo e tramo de fosso escavado por Helena Catarino em 1999; D – fosso escavado em 2003-2004; E – necrópole do século XVII, escavada em 2007.

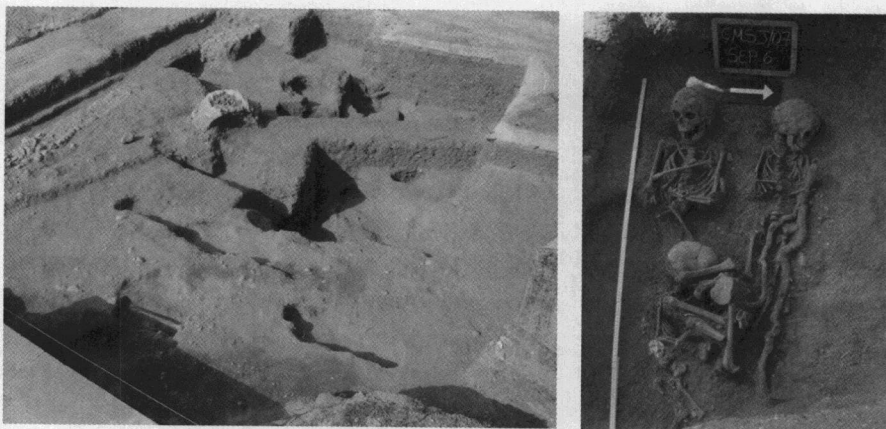


Fig. 12 e 13 – Necrópole no lado NO da capela de S. Jorge. Do lado direito o enterramento de 3 crianças.

Outra linha de investigação que se explorou foi a construção de um MDT, o modelo digital de terreno, de âmbito local – com a área compreendida entre Leiria e Porto de Mós – e de âmbito regional – para a região centro litoral de Portugal, um projecto que tem vindo a ser desenvolvido desde 2007, pela empresa Sigologia, com a inestimável colaboração do Doutor Saul Gomes, inicialmente pensado para ser exposto no núcleo 1 com o objectivo didáctico da representação da movimentação dos exércitos português e castelhano e da compreensão da evolução da ocupação do solo ao longo dos tempos.

Completo-se, para a zona entre Leiria e Porto de Mós, a representação da reconstituição do povoamento medieval (c. 1385) e da época moderna (C. 1800), recorrendo ao processamento das várias fontes de informação num Sistema de Informação Geográfico (SIG), e encontra-se em curso o modelo que abrange todo o centro litoral de Portugal - entre a costa e os rios Mondego, Tejo e Zêzere

a. Reconstituição do povoamento medieval (c.1385) e na época moderna (c.1800) no território, incluindo castelos, concelhos, portos e povoações principais, com base nos levantamentos documentais e outros estudos existentes<sup>6</sup>.

b. Reconstituição dos traçados da rede viária para as duas épocas referenciadas no território com base documental e bibliográfica mas sobretudo na

<sup>6</sup> Para a época medieval recorremos sobretudo a obras publicadas de João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota Revisitada*, 1ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001; Saul António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro da Batalha séculos XIV a XVIII*, volume I, Lisboa, IPPAR, 2002; *Idem, Introdução à História do Castelo de Leiria*, 2ª Edição, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004. *Idem, Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental, Séculos XII a XIX*, Ed. da Câmara Municipal de Porto de Mós, Porto de Mós, 2005; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989, entre outras.



foto interpretação – voos de 1958, 1972, 1990, 1992 e 1999 – e na prospecção de campo.

c. Reconstituição da linha de costa c. 1385 e traçado da linha de costa c. 1800, com base na cartografia histórica<sup>7</sup>.

a. Reconstituição da altimetria e da rede hidrográfica em zonas afectadas por grandes intervenções, como a construção da Nacional nº 1, p.e..

Neste âmbito, o estudo micro regional da rede viária<sup>8</sup>, nomeadamente na zona da travessia da Ribeira da Calvaria, no concelho da Batalha, imprescindível à compreensão da deslocação e do posicionamento dos dois exércitos, na manhã de 14 de Agosto de 1385, numa zona onde são detectáveis alterações significativas que se iniciam desde cedo, com a construção do Mosteiro da Batalha, no século XIV, e que se prolongaram ao longo dos tempos até à

actualidade, levaria à identificação do traçado original e inédito do troço da Jardoeira a S. Jorge, em parte preservado, em parte em estado fóssil, e apenas visível através da foto-interpretção, cuja importância patrimonial seria reconhecida em 2006, pelo organismo da tutela da Cultura em Portugal, incluindo-o na zona classificada referente à primeira posição do exército português, no concelho da Batalha, e a atribuindo-lhe, por conseguinte, o grau de monumento nacional.

Esta via foi estudada a partir do cruzamento para a Nazaré, correspondendo à via de direcção N-S que passa pela ermida da Jardoeira e no cemitério; a descida para a Ribeira da Calvaria efectuava-se por um desvio pelo nascen-



Fig. 14 – Traçado da via medieval Jardoeira - S. Jorge

<sup>7</sup> Carta Militar de Portugal à escala 1:25000 (trabalhos de campo 1941-1944); Região do Campo de Batalha de Aljubarrota à escala 1:5000 (sem data, mas provavelmente da década de 40 do séc. XX); Pranchetas originais da carta 1:100000 (actualizadas em 1901); Carta de Portugal à escala 1:100000 (1866); Pranchetas originais da carta 1:100000 (1862); Mappa Topographico... Serra de Rio Maior até Leiria (1791), e toda a cartografia dos séculos XVIII e XIX existente no IGP, na BN e no IGE, no que respeita ao modelo local.

<sup>8</sup> Este estudo foi efectuado com base na análise de fotografia aérea – voos de 1958, 1972, 1990, 1992 e 1999 – e na cartografia histórica – Mappa Topographico... Serra de rio Maior até Leiria (1791); pranchetas originais da carta de Portugal 1:100.000 de 18862, 1868 e actualizações de 1901; Mapa da Região do Campo de batalha de Aljubarrota à escala 1:5.000, sem data mas provavelmente dos anos 50 do século XX, etc.

te, via que surge ainda cartografada na edição de 60 da CMP 1:25.000 (em alternativa a descida poder-se-ia efectuar através dos traçados mais curtos mas mais declivosos (*vide* traçados alternativos do mapa); próximo da Ribeira a via dirigir-se-ia para poente cerca de 200 metros a Oeste da Ponte da Boutaca; o traçado fóssil desta via atravessa os campos e desaparece possivelmente devido à construção da linha férrea, hoje desaparecida, que ligava Maceira a Porto de Mós. A partir deste ponto a via corresponde à actual subida do caminho que vem da ponte até à confluência com o IC1. Entre este entroncamento e o desvio para S. Jorge o traçado medieval e o IC1 são coincidentes; seguidamente, o traçado volta a coincidir com a estrada secundária que passa junto à capela de S. Jorge. A identificação deste traçado permitiu-nos, com exactidão, relocalizar o posicionamento de ambos os exércitos na primeira posição, quando os exércitos se avistaram pela primeira vez, e reconstituir o trajecto que efectuaram até se confrontarem, um pouco mais a Sul, no local que a historiografia apelidou de 2ª posição e onde D. Nuno Álvares Pereira mandaria erigir, sete anos mais tarde, um pequeno templo dedicado à Virgem Maria e a S. Jorge.

Outra linha de investigação que desenvolvemos no âmbito deste projecto foi o estudo actualizado, empreendido por Simon Davis<sup>9</sup>, dos restos zoológicos exumados em 1958 e 1959, no campo de batalha, nomeadamente as ossadas de cavalo de que temos escassas notícias sobre as condições de achado. Segundo A. do Paço, teriam sido exumados quatro fragmentos de maxilares de cavalos em 4 pontos do grande fosso<sup>10</sup>, que defenderia a ala Este do exército português, e outros tantos ossos de animais, sem especificar quais, *nas trincheiras abertas a Sul da capela*<sup>11</sup>, misturados com ossos humanos. Estas duas referências à exumação de espólio osteológico de origem animal, vagas e imprecisas não permitiam classificar com segurança os achados osteológicos como pertencentes a cavalos da época da batalha, como pretendeu aquele autor.

Foram efectuadas diversas datações de C14 em dois laboratórios laboratórios<sup>12</sup> que revelariam datas do século XIX-XX, XI-XII e XIII-XIV. A disparidade dos resultados cronológicos, a variedade das circunstâncias de exuma-

<sup>9</sup> Simon Davis, *Notes on some horse remains from the Battle of Aljubarrota, Portugal, AD 1385*, Relatório de 20 de Junho de 2008.

<sup>10</sup> Afonso do Paço, "Escavações de carácter histórico no campo de batalha". In *Aljubarrota- Trabalhos em Execução de Arqueologia Militar*, Lisboa, Comissão de História Militar, 1959, p. 43. *Idem*, "Em torno de Aljubarrota. I – O problema dos ossos dos Combatentes da Batalha", in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 12, p. 121. *Idem*, "Novos aspectos da batalha de Aljubarrota", in *Separata de O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural* –, Porto, vol. VII, nº 2, 1961, p. 10. Neste último artigo o mesmo autor refere que se teriam exumado ossadas de espécie cavalar em três locais e não em quatro.

<sup>11</sup> *Idem*, "Escavações de carácter histórico no campo de batalha". In *Aljubarrota- Trabalhos em Execução de Arqueologia Militar*, Lisboa, Comissão de História Militar, 1959, p. 49.

<sup>12</sup> Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory, em Miami, na Florida, USA (3 datações) e Resaerch Laboratory for Archaeology and History of Art, in Oxford (duas datações).

ção dos achados osteológicos e a diversidade de espécies identificadas na colecção arqueofaunística<sup>13</sup> composta por 26 dentes e 76 ossos de mamíferos – equídeos, cavalos, mulas e burros<sup>14</sup>, uma cabra e caprinos – sugerem a necessidade de prosseguir e aprofundar a investigação neste campo. Não deixa de ser curioso o facto de, apesar de Afonso do Paço ter identificado 4 maxilares de cavalos no grande fosso, todos os dentes identificados pertencerem a burros e apenas um a cavalo, ou o facto de o dente que foi datado por C14, pertencente a um burro, indicar uma data muito recente, de meados do século XX.

#### 4. O PROJECTO DO CAMPO DE BATALHA DE S. MARCOS

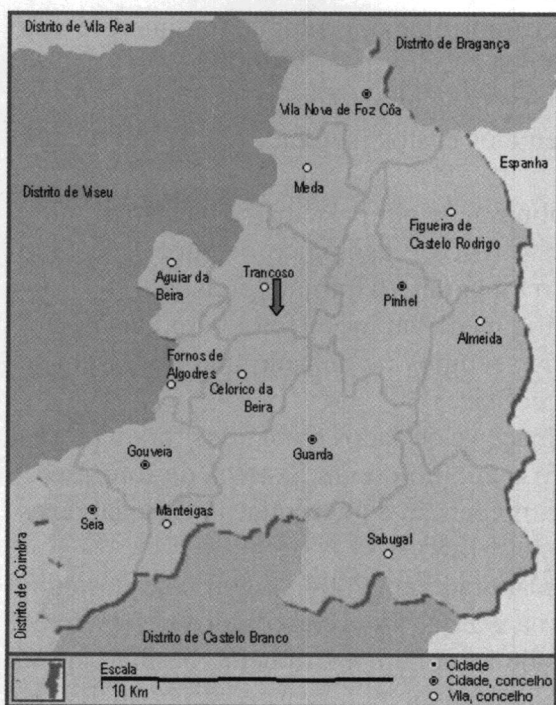


Fig. 15 – Localização de Trancoso.

O Campo de Batalha de S. Marcos localiza-se na freguesia de Torres, concelho de Trancoso e no distrito da Guarda.

Um dos principais objectivos do projecto foi poder contribuir para o conhecimento da batalha de S. Marcos a outros níveis que não apenas o historiográfico, em primeiro lugar, mas sobretudo ancorar uma memória a vestígios materiais que nunca tinham sido, contrariamente ao que se a Aljubarrota, exumados neste território.

O local de S. Marcos é marcado pela presença de uma capela, monumento comemorativo da batalha ocorrida em 1385, que confrontou o exército português, organizado local-

mente por cinco fidalgos das mais prestigiadas famílias beirãs e o exército castelhano, comandado por João Rodrigues de Castanheda.

A zona situa-se a cerca de 850m de altitude nos limites das bacias hidrográficas dos rios Mondego e Douro: a NO encontra-se a cabeceira do rio Tá-

<sup>13</sup> A colecção encontra-se depositada no Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

<sup>14</sup> Simon Davis, *Notes on some horse remains from the Battle of Aljubarrota, Portugal, A. D. 1385*, (artigo no prelo).

vora, a NE encontra-se a bacia do rio Côa, a S, a área que drena pelo vale de Freches para o rio Mondego. Embora a região apresente relevo acidentado, de onde se destaca a vertente virada a sul para a zona de Freches, e densa rede hidrográfica, os limites entre as bacias caracterizam-se pela presença de uma área planáltica que se desenvolve ao longo de um corredor entre Trancoso e a zona da capela de S. Marcos, de orientação geral N-S e que se prolonga para SSO, em direcção a Fiães. De largura variável entre 350m a 800m, este planalto apresenta a sua largura mínima na Quinta dos Corgos, a cerca de 500m a NO da capela. A “veiga de Trancoso” dos documentos históricos e das crónicas medievais<sup>15</sup>, desenvolver-se-ia nesta área planáltica entre Trancoso e S. Marcos.

Iniciaram-se, assim, em finais 2003, uma série de estudos multidisciplinares na área das arqueociências (geomorfologia, geologia, fotointerpretação e prospecção geofísica), de modo a obter dados que possibilitassem a delimitação das áreas preferenciais de intervenção arqueológica, aumentando a sua eficácia e reduzindo substancialmente os custos inerentes a uma intervenção numa área tão extensa.

A integração das várias disciplinas teve por principais objectivos:

1. a caracterização do ambiente físico e geológico de superfície (geomorfologia, geologia, levantamento topográfico, fotointerpretação)
2. a reconstituição da rede viária medieval local (fotointerpretação),
3. a identificação de eventuais vestígios no subsolo que pudessem ser associados à batalha (prospecção geofísica).
4. As diversas fontes de informação e os dados recolhidos foram processados, integrados e analisados com o auxílio de um Sistema de Informação Geográfico, a fim de potenciar a compreensão e interpretação do local de estudo, assim como facilitar a sua visualização.

O levantamento topográfico, elaborado em 2004, afigurou-se-nos como o motor de arranque do projecto, uma vez que a sua elaboração era fundamental para a compreensão fisiográfica do local, um instrumento basilar para todas as acções que aqui se viessem a desenvolver – prospecção geofísica, escavação arqueológica, projecto de arquitectura paisagística e projecto de arquitectura do Centro de interpretação Batalha de S. Marcos –, podendo ainda servir de base a um MDT – Modelo Digital do Terreno – que poderá vir a ser aproveitado nos conteúdos do futuro Centro de Interpretação.

Ainda no mesmo ano foi elaborado um estudo de fotointerpretação com análise da evolução recente do edificado, da evolução recente do coberto vegetal, da fotointerpretação local de anomalias e da rede viária actual/antiga.

<sup>15</sup> A questão da localização da Veiga de Trancoso, referenciada por Fernão Lopes como sendo o local correspondente ao confronto dos dois exércitos, português e castelhano, foi problematizada por Salvador Dias Arnaut, *A Batalha de Trancoso*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1947.

Utilizou-se uma série temporal de fotografias aéreas, constituindo pares estereoscópicos, obtidos em voos realizados nos anos de 1958, 1968, 1974, 1983 e 1995. A análise da evolução da rede viária, um dos objectivos da fotointerpretação, foi baseada na identificação e classificação das vias na actualidade e num possível cenário para as vias antigas, num perímetro que abarca a Capela de S. Marcos, Trancoso e o Chafariz do Vento<sup>16</sup>.

A rede viária “antiga” estruturou-se segundo três eixos principais, dois com orientação Norte-Sul e um Este-Oeste, que se intersectam na área de estudo, a zona que se estende entre o actual Bairro de S. Marcos e a Quinta dos Corgos. O eixo Norte-Sul, situado a Oeste da capela corresponde ao actual eixo principal de ligação entre Trancoso e Fiães, percorrendo todo o planalto onde se desenvolve a “Veiga de Trancoso”. O eixo situado a Este corresponde à antiga ligação Trancoso-Courelas-Frechão-Frechês. O eixo Este-Oeste situado a Norte da capela constitui a ligação entre a Venda do Cepo a poente e o Chafariz do Vento, cruzando a estrada de Trancoso a Fiães. Antes de chegar à povoação das Courelas este eixo entronca com a ligação directa a meia encosta entre Trancoso e o Chafariz do Vento. Enquadram-se na área planáltica os eixos viários, N-S a poente da Capela e E-O a norte desta, correspondendo aos eixos de mais fácil movimentação.

O actual acesso à capela faz-se pela estrada asfaltada que entronca a Norte com a EN226, dirigindo-se para Trancoso. Esta ligação tem provavelmente origem remota por estabelecer comunicação directa entre Trancoso e S. Marcos sobre a zona planáltica. A partir da observação das fotografias aéreas mais antigas verifica-se que existia uma ligação à capela a partir da povoação das Courelas, por um estreito caminho. Actualmente, apenas restam vestígios desta ligação.

Através da análise da fotografia aérea procuraram-se ainda identificar anomalias no solo reveladas por contrastes anómalos, alinhados ou não, ou outras alterações significativas na paisagem, que pudessem ser associadas a áreas onde se verificasse a eventual presença de estruturas antigas. Foram mapeadas 4 anomalias, uma localizada a cerca de 400 m a Oeste da capela, caracterizadas por zonas de um contraste de forma aproximadamente circular, de tonalidade mais clara ao centro e com rebordo descontínuo mais escuro sendo bem visível, no voo de 1974, um alinhamento não concordante com os limites de propriedade ou caminhos; uma anomalia localizada a cerca de 400 metros a norte da capela, formada por anomalias lineares identificadas em 4 datas (1958, 1968, 1974 e 1983); uma terceira anomalia a N/NE da capela, à distância mínima de 100 metros e máxima de 400 metros, formada por ano-

<sup>16</sup> Considerou-se que as vias “antigas” são as que definem o emparcelamento da paisagem e as vias “recentes” as que cortam parcelas pré-existentes.

malias em mancha e lineares e, por fim, a quarta, a cerca de 150 metros a NE da capela, constituída por diversos alinhamentos. Foram ainda detectadas, durante a prospecção realizada a pé em toda a área, duas zonas com vestígios ceramológicos à superfície: um núcleo localizado a cerca de 50m a oeste da capela e outro a cerca de 400m a NE da mesma. Em conclusão, e após a ligação dos dados obtidos com as informações históricas conhecidas, podemos realçar que três, das quatro zonas identificadas, se localizam, *grosso modo*, na área correspondente ao local onde a historiografia colocou o epicentro da batalha. Inicialmente pensou-se que a primeira anomalia pudesse corresponder ao local onde o exército castelhano teria assentado o arraial, *campo bel et ample* de que fala Froissart<sup>17</sup> ou ainda *as tierras labradas que y avia por dó avian de passar* referenciadas por Ayala<sup>18</sup>, mas cremos hoje, cruzando esta informação com o levantamento das vias medievais, que corresponde eventualmente à zona onde se processou o confronto bélico. Por fim, não poderíamos deixar de admitir a possibilidade destas anomalias poderem tão só ser reflexo das condições geológicas e pedológicas locais como corresponderem a vestígios deixados por práticas humanas não relacionadas directamente com a batalha.



Fig. 16 – Deslocação do exército português e do exército castelhano até ao local do confronto.

Revelou-se, pois, pertinente e necessário realizar uma despistagem destas anomalias por outros métodos, indirectos ou directos, mas que se requeriam expeditos. A prospecção geofísica, recorrendo aos métodos da prospecção magnética (para a abordagem regional) e da prospecção eléctrica (nas áreas magneticamente anómalas, definidas na abordagem regional), permitir-nos-ia obter um modelo do subsolo dependente do contexto geológico e dos efeitos da intervenção humana, optimizando a relação custo/eficácia a que a elevada extensão da área de prospecção obrigava.

Para além das zonas sugeridas pela análise da fotografia aérea, seleccionámos ainda a zona junto à capela de S. Marcos no intuito de encontrar os vestígios do templo que em Julho de 1385, D. Juan de Castela, aquando da

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

<sup>18</sup> *Idem, ibidem*, p. 49.

sua passagem pelas Beiras rumo a Aljubarrota, mandara destruir por acção do fogo, em vingança da recente derrota sofrida pelo seu exército<sup>19</sup>.

Do conjunto de anomalias identificadas, tornava-se especialmente notória a presença de uma anomalia linear muito marcada, que atravessa toda a área prospectada a norte da capela, na direcção SO-NE que, dada a sua dimensão e o facto da geologia de superfície registar a presença de filões doleríticos na região (embora nenhum esteja cartografado na área em estudo), com direcção semelhante, poderia corresponder a um filão não aflorante, ou seja, a uma anomalia de cariz geológico, não antrópica. No adro da capela de S. Marcos vários alinhamentos aproximadamente ortogonais poderiam indicar a presença de estruturas construtivas.

Em Setembro de 2005 efectuou-se uma intervenção arqueológica na zona do adro da capela de S. Marcos, tendo sido implantada no terreiro uma sondagem de 8x4m, com a orientação E-O, coincidente com os alinhamentos paralelos e ortogonais detectados na prospecção geofísica. A sondagem revelaria, logo na primeira decapagem, uma estrutura, coincidente com os alinhamentos e anomalias mapeados pela prospecção geofísica, constituída por um muro de 6m de comprimento e 85cm de largura. A necessidade de caracterizar esta estrutura levou à continuidade da escavação ao longo dos anos de 2006 e 2008.

Em síntese podemos afirmar que foi possível identificar duas estruturas a Oeste da actual capela de S. Marcos, uma do século XV-XVI e outra possivelmente medieval que parecem corresponder, a primeira a um templo edificado em época posterior à sua destruição, e a segunda à capela mandada destruir por D. Juan de Castela em Julho de 1385. Trata-se, esta última, de uma estrutura com cerca de 17 metros de comprimento por 11 metros de largura na nave, a que se deve acrescentar ainda a área da cabeceira, muito destruída e em parte coincidente com a actual capela de S. Marcos. As paredes apresentam-se possantes, com quase um metro de espessura, sugerindo um templo de grandes dimensões, que integrou elementos naturais, como o afloramento rochoso do lado Norte, na sua construção, num esforço de economia de matéria-prima mas também de integração e dissimulação na paisagem, como seria desejável numa zona em que o isolamento e a encruzilhada de caminhos potenciavam a vandalização. Este edifício apresenta ainda elementos – parede 8 é interrompida por um pequeno vão de porta (VP4) que se apresenta entulhado com pedras graníticas não afeioadas – que apontam para uma fase de ocupação longa que exigiu pelo menos uma readaptação funcional. A parede 3 sugere um prolongamento do edifício, na planta de origem, para Sul, mas cujos vestígios não foram ainda identificados. Em termos funcionais este tem-

---

<sup>19</sup> A actual capela corresponde a uma edificação do século XVIII, com uma campanha grande de obras no XIX.

plo poderia ter acoplado uma residência de eremita, fenómeno relativamente comum na Idade Média e mesmo no século XIV, ou este arranque de parede corresponder a um edifício pré-existente, talvez um *monasteria*, pequeno mosteiro ou eremitério de S. Marcos, de que fala a tradição e onde teriam estado acampadas as tropas muçulmanas aquando das campanhas de D. Afonso Henriques.

Sobre a ocupação do local anterior ao século XIV fica ainda o testemunho arqueológico da P.4, uma parede já muito desfeita que surge numa cota abaixo do alicerce da P. 2 e cuja orientação sugere o seu prolongamento por debaixo desta.

A intervenção de 2008, ainda em estudo, permitiu recuperar a planta dos dois templos, identificar mais que um nível de incêndio e exumar um conjunto de materiais associados à vivência do local antes da época da batalha – a ocupação Calcolítica do local constitui um dado completamente inédito – durante a batalha e no *post* batalha, até aos nossos dias. Permitiu ainda testar 2 anomalias a Norte da capela, sem evidências arqueológicas que reforçam a hipótese do confronto se ter dado, efectivamente, na zona a Oeste da Capela de S. Marcos e não, como vinha sugerindo toda a historiografia anterior, a Noroeste.



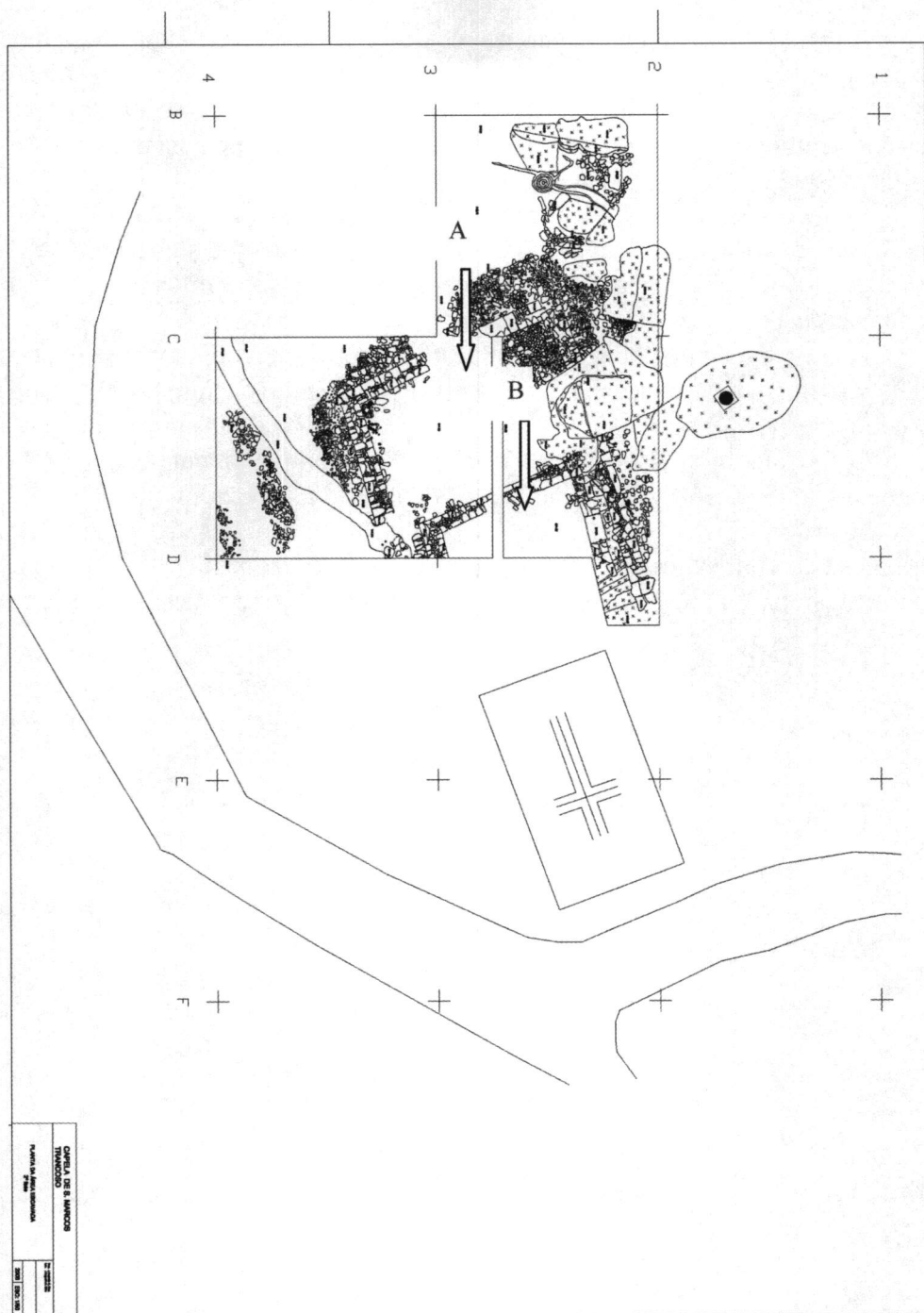


Fig.15 – Planta de S. Marcos A – estrutura medieval, B – estrutura do século XV-XVI.